

O PAÇO DOS GOVERNADORES, ORGANIZADOR DO TERRITÓRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1743-1763)

José Maurício Saldanha Alvarez¹

Introdução

Era questão de tempo. A conjugação de três grandes problemas pressionou o império português a idear na sua possessão, um projeto arquitetônico que contivesse as repartições e pessoal dos aparatos de poder régio. A descoberta do ouro e dos diamantes na região das Minas Gerais acrescentara ao governo da capitania do Rio de Janeiro a responsabilidade pela condução dos assuntos públicos, militares, jurídicos e eclesiásticos relativos à vasta zona aurífera e diamantina. Traduzindo em miúdos, significava receber um enorme número funcionários do fisco, da fazenda e judiciário régio para arrecadar e listar. Para enquadrar e moldar o território da América portuguesa como espaço do poder da coroa e impor o predomínio do escrito e do impresso do centro, diante de um contexto periférico e local ainda dominado pela oralidade². Tropas e respectiva mobilidade, trem militar, alojamentos equipamento, aquisição e remonta de cavalos para as tropas de cavalaria destinadas à segurança dos registros instalados na região. A multiplicação do numero de igrejas e paróquias destinadas a dar conforto aos leais e católicos súditos. Não se tratava apenas da administração do pessoal militar da linha de frente com quartéis, levas, equipamento, mas cuidar dos mortos, soldos, pensões, dos feridos e dos vivos. Acrescente-se ainda a permanência do intermitente conflito com os castelhanos pela supremacia no Rio da Prata uma nova região econômica de crescente importância. Como demonstra Fernanda Bicalho, o “porto daquela cidade será a partir de então, e por todo o século XVIII, o principal receptor de escravos e mercadorias europeias e asiáticas, assim como o escoador das riquezas coloniais”³.

Em suma o enorme volume trabalho administrativos baseado no Rio de Janeiro preconizava o deslocamento do eixo administrativo da capital de Salvador para o centro sul. De certa maneira os conflitos no Velho Mundo e nas colônias, fazem sentir seu peso, segundo Bicalho, não apenas na metrópole, mas repetiam-se com particular dramaticidade na colônia. Assim sendo, “a administração dos homens, o exercício da justiça a cobrança do fisco e o gerenciamento da guerra parece ter sido os principais imperativos sobre os quais se fundaram os Estados Monárquicos dos Tempos Modernos”⁴.

A governança do Rio, assoberbada com tantos órgãos e repartições dispersas

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Associado do Departamento de Estados Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense. E-Mail: <saldanhaalvarez@hotmail.com>.

² HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal: o Antigo regime*. Vol. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 12.

³ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 317.

⁴ BICALHO, *A cidade e o império...*, p. 340.

pela cidade, se debatia com um problema grave: concentrar o espaço do poder no território urbano. Sebastião de Carvalho e Melo, futuro marques de Pombal, tinha uma relação especial com Gomes Freire de Andrade; este governador, provido no ano de 1733 até sua morte, 1763, administrou a porção sul da América portuguesa. Ao tornar-se o todo-poderoso ministro do rei D. José I, Pombal encarnava um desejo intenso de modernização conservadora e pragmática. Uma das suas metas era procurar a eficácia das ações administrativa. A concentração dos poderes periféricos observada no Império português e no Rio de Janeiro sob Gomes Freire de Andrade refletiu-se no território urbano. O Paço, como obra de Arte, representa o estado do conhecimento, como disse Eco, mas, como integra um “sistema simbólico” conforme Bourdieu, sendo simultaneamente um instrumento de conhecimento e de comunicação⁵.

O Paço velho

Desde a fundação das duas cidades que várias repartições da coroa estavam disseminadas por seu espaço, entre elas o local da residência do preposto régio e trabalho do poder. Escrevendo em 1587 sobre a cidade do Salvador na Bahia, Gabriel Soares de Sousa menciona a edificação de um Paço que era “uma torre forte e de pedra e cal, nas casas onde pousam os governadores”. No Rio essa moradia era mais modesta diante da precariedade da implantação em guerra. Num documento oficial datado de 18 de agosto de 1567, um escrivão no Rio de Janeiro relatou que, para despachar a documentação administrativa, dirigiu-se “às pousadas onde pousa o Senhor Mem de Sá governador-geral”⁶.

Os governadores da Capitania, ao longo do século XVII, residiram em casa alugada. O poderoso e controvertido Salvador Correia de Sé e Benevides residiu em casa própria embolsando o aluguel assim mesmo. A possibilidade de que fossem casas de sobrado é grande. A coroa registrava queixas contra alguns governadores que tentavam se apropriar das moradias privadas, oprimindo seus proprietários. Desde 1685, a coroa integrou a seu patrimônio a vistosa moradia do Provedor da Fazenda Real, Pedro de Souza Pereira, por causa das dívidas elevadas acumuladas por este senhor.

Localizada na Rua Direita, a principal artéria da cidade, o porte da residência atendia às determinações da Coroa, para quem a moradia do preposto régio “decorada de acordo com a dignidade de sua representação, pois era do decoro real se desse aos seus representantes tratamento competente à sua dignidade para conciliar o respeito do súditos e a veneração dos estrangeiros que tocavam no porto , na arribada das viagens para a Índia”⁷. E essa se transformou no chamado Paço “velho”. Em 1702, um negreiro anônimo francês informou que, “no meio desta rua, do lado do mar, está a casa do governador, que não é grande

⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 09.

⁶ *LIVRO de Tombo das terras da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal/ Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1930, p. 05.

⁷ Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 31, 5,12. Catálogo de Alvarás e Cartas Régias existentes no Arquivo Público, Carta Régia de 10 de novembro de 1698.

coisa”⁸.

O Paço velho tinha a seu lado um importante prédio, a Alfândega régia, cujo espaço foi se reduzindo diante do incremento mercantil experimentado nas últimas décadas do século XVII. Em 1701, o governador Artur de Sá e Menezes, denunciou ao rei que, “a casa da Alfândega, que sempre houve naquela cidade”, estava sem condições para que “nela se recolhessem fazendas, tanto por ser pequena, como pela forma em que foi feita”. Como até aí, “as fazendas até agora não pagaram direitos, tinham pouca demora da na dita casa”. O governador solicitava à metrópole, autorização para ampliar a casa da Alfândega no sentido de evitar os grandes prejuízos a que se expunha a real fazenda.

Numa imagem retratando a cidade do Rio atacada pelo corsário Duclerc em 1710, o paço velho dotado de uma torre é localizado junto à Alfândega sendo consumido pelas chamas do incêndio atado durante a luta. No entanto esta edificação era dotada de algumas peculiaridades baseadas nas estratégias de representação do Antigo Regime. Paço velho e Alfândega régia compõem uma articulação simbólica de enorme eficácia nos terrenos da representação do século XVIII. As imagens da realeza, retratos ou emblemas, traduziam o monarca, elas eram o monarca. Diante das imagens do poder o súdito se descobria e os reverenciava.

A Alfândega possuía em sua fachada um pórtico monumental encimado pelas armas reais. Era diante desses emblemas que, até o final do XVII, os governadores passavam em revista a infantaria em formaturas realizadas na rua. Era um espetáculo marcial que deveria atrair o público, como ocorria com demonstrações semelhantes em capitais europeias. Sua formalidade pode ser auferida dos inúmeros bandos convocando a tropa. No publicado em 28 de março de 1681, o governador Pedro Gomes determinou que: “Amanhã, 29 do corrente, se passa mostra a toda a infantaria que assiste nesta praça (irão) todos juntos com suas bandeiras, e os artilheiros na casa da Alfândega desta praça, donde se costuma passar, e às sete horas da manhã marchem para o dito lugar”. Em outro bando, determinou que as tropas “marchem para a casa da Alfândega, donde é estilo, passar a dita mostra”⁹. No entanto o eixo da representação, do que Bourdieu denomina de “capital simbólico objetivado”, deslocou-se deste ponto da cidade para o centro dela, para a praça do Carmo, onde o Paço se localizaria ao lado de outras importantes edificações régias como um espaço concentrador do poder e das imagens de sua representação.

A dimensão da história social da política cultural do Antigo Regime repousa em parte na questão identificação do pensar e do construir a realidade social. De produzir esquemas sociais. Essas representações, apesar de sua produção elas representam ou conforme as representações do mundo social. Chartier, “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”¹⁰. As representações, segundo este autor, não é uma noção estranha ao antigo regime, pelo contrário, “ocupa aí um lugar central”. Porém existe uma distinção entre a imagem e o que é

⁸ FERREZ, Gilberto. “Diário anônimo de uma viagem às costas d’África e às Índias espanholas”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, IHGB, v. 267, 1965, p. 40.

⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Códice 77, v. 1.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990 [1988], p. 17.

representado. A representação é “o instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstituir em memória e de figurar o que ele é”¹¹. Para Marin, a representação no caso da monarquia esta conectada a problemática histórica e teórica do corpo e dos discursos sobre o corpo. O nascimento da gramática moderna para ele incorre na teologia do corpo divino dentro do sacramento eucarístico. O segundo encontro ocorre entre a teologia do corpo divino e a teoria do poder político. Assim a relação entre o poder e a representação se imbrica numa conjuntura de três corpos: o corpo semiótico, o corpo histórico e o corpo político. São pão e vinho, mas são também, formas históricas, poéticas históricas, como a história metálica de Luis XIV. A moeda tem duas faces, de um lado o retrato que encarna o rei, seu nome; no verso o valor e a referência histórica¹².

Gomes Freire de Andrada: a busca da sincronia do poder

Gomes Freire de Andrada teve sua carta patente despachada em 8 de maio de 1733¹³. Militar de carreira, administrador consciencioso e atento, tece como premio simbólico pela excelência administrativa demonstrada, o seu retrato pintado e colocado no Senado da Câmara. Chegando ao Rio tomou posse do governo como capitão general em 26 de junho do mesmo ano¹⁴. Seu raio de ação e responsabilidades administrativas estendia-se à São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por ocasião da comissão que demarcou com os espanhóis as fronteiras no Sul e das guerras do Prata, seu papel de administrador se multiplicou. Inicialmente despachou e residiu no Paço da Rua Direita. Dinâmico e ilustrado, refletindo os princípios ilustrados no que se refere à boa ordem administrativa, deve ter levado em conta o volume crescente das atividades de governo cuja eficácia se reduzia em virtude de sua dispersão. Na Europa os militares desde o francês Sébastien Le Preste de Vauban (1633-1707), no século XVII, estavam cada vez mais comprometidos com o progresso da administração procurando racionalizar o funcionalismo e a burocracia. Desejavam como ressalva Michelet, impor um padrão desde o centro, para a periferia, impondo uma marca social na atividade visual, administrativa, produtiva e num território geométrico. Seu papel foi importante na construção da infraestrutura francesa e em seus limites¹⁵.

O crescimento do trabalho administrativo imposto pelos poderes do centro levou em 1734, a implantar novas repartições como o Tribunal da Relação com “o número de 10 desembargadores, inclusive o chanceler, [...] e que o seu distrito contaria de todas as terras que ficavam ao sul até o Rio da Prata e as capitanias de Minas Gerais e São Paulo”¹⁶. É bem provável que nesse íterim as repartições régias

¹¹ CHARTIER, A *História cultural...*, p. 20.

¹² MARIN, Louis. *Politique de la représentation*. Paris: Éditions Kimé, 2005, p. 99.

¹³ “Catálogo dos capitães-mores governadores, capitães generaes e vice-reis, que tem governado a capitania do Rio de Janeiro desde sua primeira fundação em 1565 até o anno de 1811”. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, IHGB, tomo II, n. 1, 1840, p. 92-94.

¹⁴ Manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 3, 4, 3 n. 27.

¹⁵ LANGINS, Janis. *Conserving the enlightenment: French military engineering from Vauban to Revolution*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2004, p. 65.

¹⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Catálogo de Cartas Régias e Provisões Reais, 1671-1769.

não mostrassem a sinergia que se desejava. O governo de Gomes parece seguido a positividade e praticidade permitida pela ilustração portuguesa. Além disso, deve-se ter em mente que o processo administrativo se baseava num colegiado composto por militares como o brigadeiro Silva Paes, Mathias Coelho de Sousa, André Ribeiro Coutinho, José Antonio Freire de Andrada, irmão de Gomes com quem se alternou no governo da estratégica e turbulenta capitania das Minas Gerais. Quase dez anos mais tarde o governo de Gomes decidiu completou o processo de concentração e de sincronia edificando o espaço organizador e simbólico por excelência: o Paço.

Palácio, cidade, território

Nos Estados Monárquicos europeus, o palácio tornou-se um enorme espaço residencial em função das características de seus programas, isto é de suas plantas e respectivo uso. Lewis Mumford acentuou que estas particularidades “davam ao palácio certa flexibilidade de acomodação, ainda mais porque era destinado a alojar grande numero de criados e cortesãos”¹⁷. Elias, em *A sociedade de corte*, explicou ter sido o palácio de Versalhes – com base em um relatório de 1744 – residência de “uma população de dez mil pessoas. Este número nos permite ter uma ideia aproximada das dimensões do palácio. É certo que, neste caso concreto, estava repleto de gente, das caves aos sótãos”¹⁸. Nesta conjuntura os Estados nacionais, monarquias esclarecidas ou não, preocuparam-se em conseguir uma burocracia eficaz, bem como espaços adequados a estas funções. Especialmente as sensíveis repartições de justiça e fazenda, fisco, e guerra. E também para demonstrar poder, se considerarmos uma perspectiva weberiana.

Poder mas, ao mesmo tempo capacidade para reordenar a natureza. No caso de Versalhes o projeto incluía uma alteração significativa do ambiente, onde a natureza cedia lugar a uma natureza ordenada segundo rigorosos padrões geométricos. Os jardins que circundavam a obra eram orientados seguindo uma disposição onde os eixos norte-sul/ leste-oeste jogavam com elementos simbólicos. Por outro lado, para Roncayolo, um território pode ser simbolizado politicamente e que estabelece uma zona de competência tanto física como simbólica. Como critério de representação, questão tão cara as análises do antigo regime, a questão da representação do poder real. Nesse caso a territorialidade estampada no Palácio permanece a certeza de ele traduz o domínio sobre a natureza, sobre o solo, sobre o subsolo, arrecadação das minas, o controle sobre todos os tipos de homens, livres e cativos. O palácio é, portanto, uma meta forma de organizar o território.

Os exteriores dessas edificações, mesmo em Versalhes, eram frios e austeros, como uma apresentação solene e protocolar. Pois uma das regras básicas dessa edificação era de que não deveriam demonstrar a intimidade de seus habitantes, nem sua natureza régia.

¹⁷ MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. Vol. II. Tradução de Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965 [1961], p. 484.

¹⁸ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Tradução de Ana Maria Alves. Lisboa: Estampa, 1995 [1939], p. 55.

Implantação e localização do Paço

No ano de 1739 chegou ao Rio de Janeiro o brigadeiro José Pinto Alpoim que seria o braço direito de Gomes Freire. Tratava-se do representante de uma nova maneira de pensar e proceder, de uma vigorosa e moderna maneira de proceder em Portugal. Corresponhia ao prestígio e papel de importância crescente desempenhado pelos militares na Europa do século XVIII para quem as práticas da burocracia e administração em áreas coloniais eram matéria consagrada; além do mais, muitas práticas militares inundavam a vida civil.

Alpoim em pessoa procedia de uma família de militares ao serviço real. Além de engenheiro militar de grande experiência na metrópole, desempenhou igualmente trabalhos acadêmicos¹⁹. No Rio uma ordem régia, datada de 1738, havia reformulado uma “aula de artilharia” criada em 1699 cabendo a Alpoim dirigi-la e nela lecionar confirmado por Gomes em 1739²⁰. Alpoim além de sua extensa folha de serviços militar tornou inestimável, ele, para consolidar a encomenda régia, o equipamento do poder régio na América, bem como criar estruturas de representação. Entre outras, deve-se a ele a construção do Palácio dos governadores em Vila Rica, hoje Ouro Preto, descrito como misto de moradia, fortaleza e laboratório administrativo²¹. Segundo algumas hipóteses os estudos teriam sido realizados em 1741, que para alguns especialistas seria o ano do início da elaboração do plano do Paço do Rio.

A implantação deste, como usina do poder e da gestão, parece ter levado em conta centralizar o desenho cidade tirando partido de sua melhor localização. O paço velho localizava-se na pendente direita da cidade perdendo para a centralização verificada em torno da Praça do Carmo. Este local pelas derradeiras décadas do século XVII ia adquirindo uma centralidade cada vez mais importante no Rio de Janeiro. Na Praça do Carmo localizava-se o porto e residências importantes. Embora ainda fosse um areal, o espaço era amplo e como afirmou Lefebvre a respeito do espaço social, onde a cidade se tornava um espaço social energético: sua área central²². A decisão recaiu sobre um projeto que incorporava outros volumes já existentes.

A Praça que era ainda um vasto areal possuía de um lado o convento do Carmo com sua fachada imponente, a casa de Câmara e Cadeia que descera do Castelo; havia igualmente o armazém do sal a Casa da Moeda. Com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, o Rio tornou-se o principal porto escoador do metal. Uma determinação régia proibiu que o ouro circulasse em pó, sendo sua circulação autorizada somente em barras. Os fornos e cadinhos estabelecidos nesta casa fundiam o ouro, descontando-se os quintos reais. O terreno para sua construção foi cedido pelos monges do Carmo, proprietários da área onde também foram

¹⁹ PARDAL, Paulo. *José Fernandes Pinto Alpoim: Exame de Artilheiros*. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1967, p. 19.

²⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, *Livro de Ordens Régias*, cód. 952, v. 29, p. 217.

²¹ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, I-26,23,020. “CÓPIA da Ordem porque se aprova a importância do orsamento feito pelo Engenheiro Joze Frz. Pinto Alpoym, sobre a factura da Caza da Rezidência dos governadores de V^a Rica, e q. acabada se dê conta de todo o custo dela”, Lisboa, 16 mar. 1743.

²² LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4^{ème} éd. Paris: Anthropos, 2000, p. 425.

erguidos os armazéns para mercadorias provenientes dos estancos reais. Já o sal era monopólio régio e vinha da Europa, sendo depositado no enorme edifício dotado de paredes inclinadas como um paiol de pólvora edificado atrás da Cadeia, junto à igreja de São José.

No Rio, a configuração da Praça consolidou-se no ano de 1686, por conta da indignada reação dos carmelitas a uma tentativa de esbulho de seu chão por um grupo de camaristas e associados. A Praça era uma das áreas mais valorizadas da cidade, local de atração para a gente que a usava como meio de circulação entre as freguesias e o comércio. De acordo com as normas do arquiteto e teórico italiano Andrea Palladio (1508-1580), a presença de repartições públicas na praça nobilitava este espaço; conferia ainda a ele o antigo sentido romano do *mundus*, do *fórum* e do centro cívico²³.

Na Europa do Antigo Regime, as praças desempenhavam um papel emblemático e representativo no contexto do aparato de poder. Seu perímetro tornou-se regular sob o absolutismo francês e os pisos de terra cederam lugar a vistosos calçamentos de pedra. Tudo passa a ter, como no teatro, um papel definido. O Estado francês e a Igreja elaboraram estratégias para tornar as cerimônias públicas espetáculos de aparato, aclamação e “banho de multidão”, visando manter o entusiasmo popular e consagrar uma aclamação permanente. A arquitetura barroca foi mestra em elaborar cenários para tais práticas²⁴, configurando praças geometricamente corretas. A arte e as intervenções urbanas estavam em via de adotar estratégias aceleradas de sistematização. Na prática urbanística barroca, as ideias fundamentais de centralização, integração e extensão foram concretizadas em duas capitais: Roma e Paris²⁵. Em Roma, a praça de São Pedro assumiu uma posição paradigmática por conta da poderosa simbologia envolvente nos braços curvos criados por Bernini. Na capital francesa, o Barroco clássico da Academia Real elaborou amplas praças, cujo acervo de fachadas incluía a regularidade de todos os pavimentos, janelas, portas e outros detalhes. Poucas eram denominadas de *Place Royale*, somente porque dispunham em seu centro um obelisco ou uma estátua equestre do rei. Em outras às vezes muito amplas, eram instalados chafarizes.

Assim sendo, o principal espaço polivalente da cidade do Rio de Janeiro foi a Praça do Carmo, um cenário de primeiro plano para os acontecimentos políticos mais proeminentes desde o século XVII. Seus limites imprecisos dilatavam-se da margem do mar até a Igreja da Cruz. Era capaz de ofertar ao público inúmeros espetáculos, desde procissões, mostras de infantaria, representações teatrais, rituais públicos como o da arrematação de tributos. No dia 4 de julho de 1661, foi realizada a cerimônia de arrematação do estanque da aguardente à qual o público assistiu. Segundo reza o auto, “os interessados reuniram-se nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na praça dela, defronte das casas da morada do Sr. Salvador Correia de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro, governador desta repartição do sul, estando a porta da Alfândega, aí presentes os oficiais da Câmara dela, juiz, vereador e procurador”. Dando seguimento ao acórdão da Câmara, o

²³ MUMFORD, *A cidade na História*, p. 399.

²⁴ NORBERG-SCHULZ, Christian. *Baroque architecture*. Nova York: Random House, 1986, p. 287.

²⁵ NORBERG-SCHULZ Christian. *La signification dans l'Architecture occidentale*. Bruxelas: Mardaga, 1977, p. 302.

pregoeiro pôs “em pregão o estanke da aguardente da terra (...) andando todo esse tempo em pregão na praça [...] chegou a esta mesa o Capitão Bento de Castro que terminou, por falta de participantes, arrematando o estanke”²⁶.

A praça integrava-se com uma cidade em expansão, cuja massa edificada contraposta à paisagem, despontava ao olhar e à audição; suas edificações religiosas, no alto dos morros compunham um belo desenho de conjunto; edifícios dotados de sinos, que regulavam o tempo, as festas, e difundiam mensagens sonoras e variadas²⁷. Essa escolha era uma predisposição do próprio Gomes. Quando recebeu a incumbência de procurar o melhor local para implantar o Tribunal da Relação, Gomes Freire, em 1735, escreveu a coroa resumindo sua procura. Para ele, corroborando a decisão do lugar central da praça do Carmo, explicou que “o sitio mais próprio para se fazer o tribunal da relação, que V. M. tem em determinado que haja nesta cidade, he[sic] o segundo andar , que se pode fazer sobre toda a cadeia e casa da Câmara, por ser área capaz de todas as acomodações de que necessita aquele tribunal”²⁸. Foi, portanto nesse espaço amplo e central que se tomou a decisão de edificar o Paço.

Estratégias construtivas do Paço

Para elaborar o partido arquitetônico desejado, Gomes Freire encomendou no ano de 1743 ao Brigadeiro Alpoim o projeto de um palácio. Segundo seu camarada e ativo colaborador, o brigadeiro André Coutinho Ribeiro, Alpoim “como insigne arquiteto, delineou, e condecorou um palácio nesta cidade para distinta residência dos governadores desta capitania”²⁹. Ao implantá-lo no vasto terreno da Praça a proposta desenvolvida incorporou a sua estrutura dois prédios contíguos de sólida construção já assinalados. Sua ampla planta permitia que fosse usina de funções administrativas o que significava um grande ingresso de público e servidores. Há um problema essencial que é a recepção do público. Alpoim, engenhosamente criou no acesso, há um grande espaço abobadado. Ele impressionou os diversos visitantes como leremos além, de pragmaticamente, ser dotado de engenhoso piso destinado ao estacionamento das carruagens. Ingressava-se no interior da edificação por uma ampla entrada. Neste local, “se vê outro pórtico de entrada para o saguão, em correspondência para o lado da praça, pelos quais entravam coches grandes”³⁰. Para vencer tão grande vão livre e desimpedido, Alpoim produziu um enorme arco rebaixado dotado de grande solidez e que seria repetido na casa dos Telles de Menezes, localizada na praça situado defronte ao Paço. Por outro lado, Alpoim distribui com grande rigor janelas que, no térreo são de verga reta; no

²⁶ Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, *Consultas do Conselho Ultramarino*, códice 1, 2, 12.

²⁷ RAMINELLI, Ronald. “Simbolismos do espaço urbano colonial”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Zahar 1992, p. 172.a

²⁸ *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 39, p. 197. *Informação do Governador do Rio de Janeiro, sobre a instalação do Tribunal da Relação, a que se refere a provisão antecedente*, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1735.

²⁹ ALPOIM, José F. Pinto. *Exame de Bombeiros*. Madri: Ophicina de Martinez Abad, 1748. Biblioteca Nacional de Portugal, cota AS 20227.

³⁰ PIZARRO, Monsenhor José de Souza Azevedo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 25.

pavimento superior adotam o chamado arco rebaixado a ele atribuído.

O Paço é sóbrio e austero não apenas em detalhes, mas também no léxico de exterior da arquitetura clássica e luso-brasileira: panos brancos de parede enquadrados por fios de pedra delimitando os vãos. As molduras das janelas são em pedra, gradeadas no primeiro pavimento. São sacadas as do segundo e terceiro. No pavimento térreo, as vergas são retas, e nos demais pavimentos, as janelas são em arco abatido segundo alguns especialistas, trazida por Alpoim. A parede em Alpoim é uma superfície lisa onde os panos caiados de brando e emoldurados pela pedra de portas, janelas e beirais atribuem um enorme rigor racional do edifício. As janelas, seguindo o governo real centralizador, não dispõem de independência, sendo subordinadas ao plano de conjunto³¹. A linha dominante deste prédio é a linha horizontal, tendo dois pavimentos, sendo que no centro, do lado maior, Alpoim projeta um terceiro pavimento. Este tinha as dimensões mais reduzidas corando a o lado sul da praça, com esta soberba edificação filiada à arquitetura clássica do primeiro Renascimento, e sua majestade horizontal recorda o Palácio Pitti de Florença do século XV e do Altieri.

Uma vez acabada a obra, a metrópole aprovou a “mudança da residência do governador da Capitania do Rio de Janeiro para a Casa dos Contos, mudando-se este e a provedoria da fazenda para a casa onde residiam os mesmos governadores”³². Cinco anos após seu término, no ano de 1748, o frade francês René Court de la Blanchardiére, assim descreveu o lugar central: “A praça, situada no porto, é grande, mas não pavimentada. O palácio do general (Gomes Freire) fica a sul, é um edifício de dois andares com a fachada bastante regular. Na ala direita fica a casa da moeda”³³.

No mesmo ano um outro oficial Frances da fragata L’Arc em Ciel, o comandante Pepin de Bellisle, foi recebido na praça por Gomes que “voltava da missa da igreja do Carmo, visível nos cantos do seu palácio”. Seguiu a comitiva para o paço onde Pepin notou a imponência do vestíbulo estando em forma “a guarda do palácio, que achamos muito bela, tomou armas e formou em duas alas debaixo de uma grande abóbada que serve de entrada”. Após penetrarem neste vestíbulo monumental, acabaram por perdê-lo de vista, tal era a multidão no palácio pois a “primeira sala, [...] estava cheia de muitos oficiais, em numero muito maior do que praça”. Pode-se perceber que o palácio apesar das múltiplas funções era um espaço que reflete a questão simbólica do poder. Tropas e cerimônias eram constantes na sua utilização. Após aguardarem algum tempo, foram atendidos pelo camareiro que era francês. A descrição da divisão espacial vai se apresentando nos relato, quando Pepin relata que passaram do vestíbulo para uma “segunda sala”, e depois para uma terceira, onde “dois granadeiros de boa aparência guardavam esta entrada com baioneta calada”³⁴. Após as conversações iniciais com o governador, que

³¹ ELSEN, Albert, E. “La arquitectura de la autoridad”. In: SUST, Xavier (org.). *La arquitectura como símbolo de poder*. 2. ed. Barcelona: Cuadernos Ínfimos, 1978, p. 41.

³² GARCIA, Rodolfo. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1928, v. 50, p. 225.

³³ FERREZ, Gilberto. “O Rio de Janeiro no tempo de Bobadela, visto por um padre francês”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, IHGB, v. 264, jul./ set. 1964, p. 155-167.

³⁴ FERREZ, Gilberto. *O paço da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. Relato do capitão Pepin de Bellisle, do *Arc en Cie*, p. 16-17.

falava um “razoável francês”, foram recebidos com seu comandante Pepin numa cerimônia formal.

Porque casa e não palácio, ou mesmo Paço? Elias, ao abordar a questão relativa à nomenclatura e a tipologia das “casas,” esclarece que de acordo com a *Enciclopédia*, palácio, nomeava moradia régia, de um príncipe. Também se nomeava por palácio as sedes dos tribunais superiores “visto que afinal de contas eram dependências da casa real”. Também as residências episcopais mereceram esta denominação, “com esta exceção – afirma a *Enciclopédia* – nenhuma pessoa, seja de que estado for, tem o direito de inscrever a palavra palácio sobre o portal de sua residência”³⁵. Na América portuguesa, alguns prepostos régios teriam denominado suas moradias como palácio – ou talvez tenham incentivado que os colonos assim as denominassem o que despertou a necessária correção por parte da metrópole preocupada com a ordem e a recepção correta dos discursos. Embora a provisão de 27 de novembro de 1730 proibisse aos governadores denominarem de palácio, “as casas de sua residência”, tudo indica que o povo reconheceu no casarão o palácio e assim foi. No entanto, a interdição de denominar palácio a esta edificação talvez se deva a carência que a Monarquia portuguesa tinha de palácios. É sabido que o Paço da Ribeira, edificado pelo rei D. Manoel, o Venturoso, foi por séculos o paço por excelência da monarquia lusa. É conhecido o caráter de nomadismo dos reis lusos em relação a paços, que eram obras sem sofisticação, sem plantas complexas e com parca ornamentação. Mesmo as maiores famílias da aristocracia tinham palácios modestos para os padrões europeus como se observa no palácio lisboeta dos Bragança, localizado na Praça de São Domingos.

Conforme veremos adiante, sua localização central na cidade e numa posição destacada na Praça pode ter sido influenciada em parte pelo desenho do paço da Ribeira na praça do mesmo nome, depois do Comércio em Lisboa. Essa similitude espacial, essa tentativa de assemelhar-se à metrópole era um mimetismo já assinalado na toponímica.

A edificação: encomenda arquitetônica e o príncipe encarnado no preposto

Gomes Freire, Alpoim e seus auxiliares militares como vimos, adotaram uma planta de dois pavimentos, que ganhou o acréscimo de um terceiro posteriormente. Sua divisão interna, muito embora seja desconhecida e conjectural indicava um enorme número de salas e algumas suntuosas. A preocupação com a vista mais bela, na fechada principal se projetava sobre o corpo central mais alto. Segundo Pizarro, “ seis janelas de peito dão entrada pela frente do mar para o saguão imediatodesse edifício, cuja ordem superior de casas compreende nove janelas rasgadas com grade de fere, contendo o segundo andar,” voltado para a visão da baía e sua entrada³⁶.

Durante a visita da fragata francesa Arc em Ciel, a tripulação estava doente. O agravante era que a França estava em guerra contra os britânicos. A oficialidade, juntamente com o comandante Bellisle, jantava com Gomes Freire na Paço

³⁵ ELIAS, *A sociedade de corte*, p. 31.

³⁶ PIZARRO, *Memórias históricas...*, p. 24.

quando foram informados de que navios suspeitos haviam sido avistados na barra da cidade. Como se imaginava pertencerem a uma divisão de vasos de guerra britânicos, Bellisle, vendo-se em desvantagem ficou seriamente preocupado. Gomes Freire o tranquilizou prometendo, sob sua palavra de honra, que os ingleses entrariam em paz que ele os reteria por um dia, permitindo aos franceses retirar-se. No entanto a palavra de Gomes Freire não precisou ser empenhada; sabendo que os navios estavam à vista, subiram para o segundo pavimento do Paço; uma vez nele: “Passamos todos para a sala que olha para o mar, e avistando dali uma parte da baía, vimos os três navios que por seu pavilhão e pequenez, reconhecemos serem embarcações mercantes da costa do Brasil”³⁷.

Alpoim ao produzir a estruturação do Paço adotou uma planta clássica, distribuindo suas zonas ou áreas, em torno de pátios internos. Sua comunicação com o exterior através de grandes acessos. Até hoje, é surpreendente a solução em arcos abatidos adotada no vestíbulo principal voltado para o mar. Com se pode perceber, Gomes Freire tentava ser um agente de transformação. Além disso, ele parece ter se mostrado preocupado com a racionalidade administrativa das repartições colocadas em torno da Praça Para facilitar a operação simultânea das várias repartições lá situadas, como o Tribunal da Relação³⁸, o Paço foi dotado de acessos independentes, de acordo com as complexas liturgias dos magistrados régios³⁹.

Em cima da portada principal, dotada de um grande rigor compositivo há uma cartela onde se lê: “Reinando el-rei D. João V nosso senhor, sendo Governador destas capitanias e das Minas Gerais, Gomes Freire de Andrada, do seu Conselho, Sargento-mor de batalha de seus exércitos. Ano 1743”. Esta cartela com as armas régias era um poderoso símbolo do poder e tonava-se a imagem viva do soberano, como se fosse um retrato. Chartier em sua história cultural mostra que a percepção da realizada social pode ser construída, “pensada e dada a ler” dentro da complexidade da organização do mundo ligado “as categorias fundamentais de percepção e apreciação do real”. Essas representações são produto de agentes culturais os discursos preferidos, “são determinadas pelos interesses dos grupos que a forjam”⁴⁰.

Por outro lado a articulação dos volumes que contribuiu para uma visualização binocular e regular como percebeu Court de la Blanchardiére, que identificou em 1748, uma unidade completa entre as arquiteturas e a Praça:

[...] situada em frente ao porto é grande, mas não é pavimentada. O palácio do general [Gomes Freire] fica

³⁷ PIZARRO, *Memórias históricas...*, p. 24.

³⁸ PIZARRO, *Memórias históricas...*, p. 26: “pela parte da referia praça, serviu de assento último ao Tribunal da Relação”.

³⁹ *Anais do Museu Paulista*, vol. II, p. 350, doc. 16.918: “nas relações desse Estado do Brasil, no primeiro dia em que o vice-rei ou governado tomarem posse, os ministros todos o esperem na casa imediata saindo da que se faz relação e acabado o despacho, se o palácio for contíguo à relação o acompanhem até a casa do dossel, esperando que entre para a seguinte [...] o mesmo se pratique no acompanhamento da saída, o ultimo dia e que o vice-rei ou governador se despedir da relação: mas em todos os outros dias lhe fação ala dentro da mesma casa da Relação até a porta, assim à entrada como a saída”.

⁴⁰ CHARTIER, *A História cultural...*, p.17.

ao sul, é uma fachada bastante regular, de dois andares. Na ala direita fica a casa da moeda que lhe é contígua [na parte norte] defronte, a nordeste, há um bloco de casas em frente da qual construiu-se um reservatório e um aqueduto para levar água a beira mar, para comodidade das embarcações[...]. A oeste, em frente ao cais, há um convento dos carmelitas bastante regular, e que forma o fundo da praça.⁴¹

O bloco de casas ao “nordeste” era a grande morada da família Teles de Meneses, obra de Alpoim que implantou um grande arco, que adquiriu nomeada como o famoso Arco do Teles. A solução representada pelo arco recuperava algumas das tradições do urbanismo medieval que era a imbricação entre o privado, ou o domínio de uma moradia particular, e o espaço público de uma rua ou travessa. Passando-se pelo arco entra-se no Beco do Comércio e daí se chega à Rua do Ouvidor, junto à Igreja da Lapa dos Mercadores. Como o Beco dos Barbeiros, este é um dos capilares que vazavam da Praça em direção à uma das perpendiculares ao mar que ia em direção ao sertão.

Este conjunto de casas projetadas por Alpoim era, à época, bastante moderno, e o partido regulador marca desta gestão seria retomado nas obras do Largo de São Francisco e a catedral inacabada da cidade. Elas apresentam como característica principal, uma grande regularidade, um dos paradigmas dos partidos compositivos e espaciais deste tempo. René Descartes, o famoso filósofo francês do século XVII, afirmou num dos seus escritos, serem desejáveis as arquiteturas que um só arquiteto realiza, em relação àquelas feitas por muitos e diferentes arquitetos.

O Paço concretizou a visibilidade do deslocamento do eixo do exercício do poder da casa da Câmara e da praça para seu espaço; constituiu um cenário para que os atores do poder régio pudessem exercê-lo de maneira mais concentrada e não dispersa ou conflitante; a cartela com as armas reais, afixada da porta principal do Paço, equivalia a uma imagem sagrada da realeza. As revistas da infantaria passaram a ser realizadas na praça conforme a célebre pintura de Leandro Joaquim.

O Paço: organizador do território urbano, aparato e sociabilidade

Apesar das medidas restritivas para que aportassem esquadras estrangeiras, regras de cortesia – na maior parte das vezes cumpridas – impunham aos governantes o máximo de requinte na recepção a estes visitantes, sem descuidar dos deveres reais. É o momento em que podemos perceber o Paço e sua importância, bem como o seu papel difusor de algumas ideias da Ilustração. Sem dúvida que devemos nos acautelar contra a tentação, de atribuir a Gomes Freire, a criação de um clima ilustrado na cidade. Se em Portugal não havia Iluminismo apenas fumaças de Ilustração, na colônia a Ilustração seria mais diluída ainda. Porém, as várias investigações apontam para esta evidência. Gomes havia tido uma vivência europeia, era homem viajado e falava francês com fluência. Tendo privado com

⁴¹ FERREZ, “O Rio de Janeiro no tempo...”, p. 155-167.

a refinada etiqueta das cortes europeias, não lhe difícil perceber o atraso social representado pelos costumes patriarcais imperantes em Portugal e no Brasil. Especialmente no que se refere à reclusão das mulheres.

Na Europa, os portugueses eram conhecidos por este comportamento que soava algo bizarro. Algumas jovens inglesas declararam que em hipótese alguma casariam com um português, pois não desejavam passar o resto de suas vidas como reclusas. A falta de sociabilidade era outro dos hábitos peninsulares que os finais do XVIII viram, lentamente, mudar, como mudou um pouco nas derradeiras décadas do XVIII. Ainda eram raras as visitas, as recepções os concertos, os passeios uma vez que a sociabilidade portuguesa e de suas colônias restringia-se às igrejas.

Um episódio demonstra a amplitude e os usos do Paço e as restrições da sociabilidade. Em abril de 1748, declara-se o estado de guerra entre a França e Inglaterra. Neste ano, faz uma arribada ao Rio a fragata francesa *L'arc-en-ciel*, comandada pelo Capitão Pepin de Bellisle. Por intermédio dele entramos no Paço. Agora, podemos caminhar pela Praça. Ao desembarcar nela, o autor e o Capitão do navio e seu estado maior, são escoltados por um oficial português até a Praça onde foram cercados por uma curiosa “multidão de mulatos e negros [...]. Sem nosso guia, teríamos tido muito trabalho para atravessa-la, mas este oficial usando de sua autoridade, afastou-os e nos livrou deste povilêu curioso”.

A falta de calçamento da Praça é notada, bem como o tipo de solo. A Rua Direita, essa “só tem sete ou oito palmos de calçada de cada lado, e no meio, anda-se sobre terra arenosa que, apesar de bastante dura, tem entretanto, o inconveniente de fazer muita poeira”. Ao chegarem ao Paço foram informados de que Gomes Freire assistia à missa na Igreja do Carmo. Após o término da cerimônia, os franceses foram “ao seu encontro e, sendo anunciados pelo major, recebeu-nos cordialmente, rogando-nos que o acompanhássemos ao seu palácio”⁴².

Alguns dias depois foram os oficiais franceses a uma Casa de Ópera ou Teatro onde representou-se, para escândalo dos franceses, uma peça não com atores mas composta por “Marionetes de tamanho natural (que) eram bem feitas e ricamente trajadas, as vozes e movimentos agradavam e o mecanismo era bastante bom para não ser percebido”. Os homens espalhavam-se na plateia enquanto as mulheres “ficavam nos camarotes situados ao redor do edifício numa altura de 9 ou 10 pés, donde viam comodamente o espetáculo e olhavam de soslaio os espectadores, brincando indolentemente com as cortinas destinadas a esconde-las”⁴³.

No ano de 1757, durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), uma outra esquadra francesa aportou na cidade, comandada pelo Conde de Aché. Ia em rota para a Índia levando tropas para as possessões francesas. Um de seus componentes deixou um precioso relato. Nele se pode perceber o ridículo a que conduziam os costumes patriarcais relativos a reclusão feminina. A falta de civilidade causava alguns contratemplos e contrariedade a Gomes Freire. A sua vontade de reforma dos costumes, por causa da formação ilustrada, não é um equívoco, e numa investigação futura desejamos aprofundar. Escreveu que “O governador [Bobadela] é um homem acostumado nas cortes da Europa e conhecedor dos costumes das pessoas honestas, quis retribuir ao general francês uma festa que oferecera a sociedade do Rio”. Convidou

⁴² FERREZ, “O Rio de Janeiro no tempo...”, p. 225.

⁴³ FERREZ, “O Rio de Janeiro no tempo...”, p. 241.

a oficialidade da esquadra para um baile e uma ceia esplêndida. Os franceses foram ao baile entusiasmados porém, qual não foi sua decepção

*[...] quando, chegando a um magnífico salão iluminado e onde se tocava musica da melhor, vimos tão somente muitos portugueses e uma só mulher que fosse. Não é de admirar que o baile não foi alegre e pouco se dançasse. Três ou quatro homens fantasiados de mulheres se prestaram a dançar com aqueles que se prestavam aquela ridícula farsa. O governador havia em vão convidado as senhoras, mas os homens se recusaram terminantemente a permitir que suas mulheres comparecessem. desculpou-se, dando a entender quanto era difícil ter que conviver com tais pessoas.*⁴⁴

Já Blanchardiére manifestou estranheza pelo velho hábito patriarcal português de vedar ao publico a visão das mulheres. Se os homens como portugueses da América abastados perderam a sobriedade vestimentar do XVII: “As pessoas de posse vestem-se bem, e à nossa moda francesa. As mulheres só são vistas nas igrejas e usam como em Cádiz [Espanha] um véu de tafetá preto que lhes é atado por detrás na cintura e recai sobre a cabeça cobrindo o rosto, exceto o olho e lhes permite ver sem serem vistas”. Por intermédio do atento olhar do padre, seguimos os transeuntes da Praça. Segundo ele, os mais abastados jamais andam a pé, mas: “transportam-se numa espécie de cadeira, asseada e bem dourada[...]. Esta cadeira, acompanhada por um ou dois criados pretos vestidos de libré, porém descalços”. Estas cadeiras tornavam-se, inclusive, objeto de lucro. As mulheres que ele vê passar com seu séquito de escravas, fazem eco as queixas indignadas do Bispo São Jerônimo: “Se a pessoa transportada é uma mulher, vai acompanhada normalmente de quatro a cinco pretas bem vestidas, e enfeitadas com vários colares e brincos de ouro”⁴⁵.

A venda de escravos praticada nos térreos das casas nas proximidades da Praça parece ter inquietado a algumas pessoas e conspirado contra a correta sociabilidade do *salloto dell’urbe* em que se convertia o espaço circundante ao paço. Era lastimável e confrangia a todos, a exceção talvez, dos negreiros que os vendiam e os que iam comprar. Já não era mais algo “civilizado” e sem duvida era um espetáculo cruel de embrutecimento de seres humanos. Abastardava a praça. Blanchardiére registrou não sem ironia o cativeiro: “Veem-se particulares que tem a porta [de suas casas] uma porção de negros e negras sentados nus na rua, e que esperam pacientemente que um transeunte os compre para mudarem de cativeiro. Havia muita gente transitando, e na área da praça víamos muita gente, é certo que a frota [portuguesa, do Comércio] que aqui estava, tinha aumentado o número de pessoas”⁴⁶.

⁴⁴ “UMA arribada francesa ao tempo de Bobadela (1748)”. Notas de Gilberto Ferrez. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, IHGB, 1968, vol. 280, p. 257. Em nota de rodapé, Ferrez transcreve esta nota dando-a como de Tollendal de la Flote, mas integrando outro texto.

⁴⁵ FERREZ, “O Rio de Janeiro no tempo...”, p. 155-167.

⁴⁶ FERREZ, “O Rio de Janeiro no tempo...”, p. 155-167.

Conclusão

Desde sua fundação, em 1567, a cidade do Rio de Janeiro, cabeça da capitania do mesmo nome, abrigou de maneira singela seus governadores. Ela cresceu e ocupou uma porção cada vez maior da natureza e incorporou grupos escravizados e diaspóricos. A larga parcela de liberdades concedidas pela monarquia dos Avis como parte do processo histórico de construção da nação – estado nacional territorial – contra seus inimigos tradicionais e centrípetos – a Igreja e a aristocracia territorial – começou progressivamente a recolher para o centro essas liberdades. Desde as décadas finais do século XVII que a mão pesada do estado começou a se fazer presente, despejando sobre a cidade diversas obras de representações simbólicas e discursivas. A cidade se tornava cada vez mais a cabeça de um território rico e importante ao mesmo tempo em que representava o porto por onde saíam as riquezas coloniais.

No século da Ilustração os militares tornavam-se a ponta de lança do saber técnico e administrativo. Esse *ethos* era europeu e os assessores do Governador Gomes Freire, como o brigadeiro Alpoim além da atividade profissional exerciam profícua atividade acadêmica e ilustrada, publicando livros científicos. A construção do Paço realizada pelo brigadeiro Alpoim visava centralizar as atividades administrativas delineadas pela concentração dos poderes pelo centro. Por outro lado, a edificação do Paço serviu para centralizar o território de uma cidade capital, onde as questões da representação destes mesmos poderes era essencial. A edificação incorporou outras em sua articulação, torna um espaço de experiências técnicas e mesmo culturais. A produção de um artefato visual marcado pelo gosto do cerimonial serviu para alterar de maneira decisiva a reconfiguração física do centro da cidade desde sua construção em 1743 até 1763 quando o governo da Capitania foi substituído pelo sistema de vice-reinado.



RESUMO

Este artigo analisa a construção do Paço ou palácio edificado na atual Praça 15 de Novembro, na cidade do Rio de Janeiro, como encomenda pelo poder régio de nova forma de arte: a intervenção estética no ambiente urbano. Empreendimento decorrente do processo de concentração de poderes monárquicos no século XVIII quando a enorme diversificação de trabalho administrativo, concentrador dos governos das capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e do sul até a Colônia do Sacramento como decorrência das guerras externas, Fisco e exploração de rendimentos coloniais determinou uma concentração dos espaços administrativos. A demanda por concentração levou o governador Gomes Freire de Andrade a encomendar ao brigadeiro Alpoim uma edificação – o Paço, capaz de abrigar o aparato administrativo, militar, judiciário e fiscal do governo. Sendo edificado de maneira regular e rigorosa abrigou experiências técnicas permitindo ao poder organizar a parte central da cidade como integrante essencial do território.

Palavras Chave: Território; Representação; Colonização.

ABSTRACT

This paper examines the construction of the Palace or Palace Square built in the current November 15, in the city of Rio de Janeiro, as the kingly power to order new art form: the aesthetic intervention in the urban environment. Enterprise due to the concentration process of monarchical powers in the eighteenth century when massive diversification of administrative work, the hub of governments captaincy of Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais and south to Colonia do Sacramento as a result of foreign wars, tributes, justice, and operating income determined a concentration of colonial administrative spaces. Demand for merger took the governor Gomes Freire de Andrade ordering to Brigadier Alpoim a building - the Palace, able to house the administrative apparatus, military, judiciary and government tax. Being built on a regular and rigorous experiments housed techniques allowing to organize the central part of the city as essential part of the territory.

Keywords: Territory; Representation; Colonization.

Artigo recebido em 04 abr. 2013.

Aprovado em 16 abr. 2013.